



## Opinião

### M. Graça Carvalho

## Multiplicar os cestos para garantir os ovos

**A**o preparar um evento do Instituto Sá Carneiro realizado nesta terça-feira, cujo tema era “a diversificação da economia do Algarve”, constatei mais uma vez como, na realidade, os problemas e desafios identificados para a região não eram tão diferentes daqueles com os quais se depara o país como um todo.

Olhamos para o Algarve e reconhecemos uma excessiva dependência económica da atividade turística, em particular da hotelaria, e de serviços como a restauração. Mas esta não é uma especificidade algarvia e sim, em larga medida, uma característica da realidade nacional.

As pequenas e médias empresas foram particularmente afetadas a nível europeu pela crise da covid-19. E em Portugal, como já o escrevi recentemente, têm um peso particularmente relevante na economia, representando 99,3% das empresas. Quando olhamos para os setores de atividade em que se inserem, percebemos porque estamos a sofrer mais com esta crise do que outros países europeus.

Antes da pandemia – porque a realidade atual já será diferente, por motivos negativos – mais de 25% das PME nacionais pertenciam ao setor do comércio por grosso e a retalho ou ao alojamento, restauração e similares. Se lhes juntarmos muitas PME dos setores cultural e criativo, dependentes de eventos que nos últimos meses pura e simplesmente não existiram, torna-se evidente que estamos a sofrer as consequências da falta de diversidade da nossa atividade económica. Sobretudo nas regiões do país onde existem menos alternativas.

“**É particularmente incompreensível a falta de atenção que o governo tem dado às indústrias cultural e criativa.**”

Não se trata de questionar a existência destes setores. Pelo contrário – devemos-lhes muito, pelo contributo inestimável que dão ao país ao nível da criação de emprego e de riqueza. Temos, sim, de protegê-los a todo o custo. E é particularmente incompreensível a falta de atenção que o governo tem dado às indústrias cultural e criativa.

Mas temos também de diversificar. Fazendo uma alegoria à época da Páscoa que se aproxima, temos de multiplicar os cestos onde guardamos os nossos ovos. Não apenas para que a ausência de uns seja compensada pelos outros, mas que, de uma forma geral, consigamos ser mais prósperos e mais coesos.

Isso não se consegue por decreto, mas com medidas concretas, destinadas a que o país – e não apenas as cidades mais ricas do litoral e alguns nichos industrializados – seja capaz de atrair empreendedores, nacionais e estrangeiros, com projetos criadores de emprego e riqueza, aproveitando as mais-valias que as diferentes regiões têm para oferecer.

Projetos envolvendo fontes de energia renováveis e outros recursos naturais. Projetos em torno da agricultura biológica, cuja procura tem sido crescente a nível mundial, à medida que os cidadãos se vão tornando ambientalmente mais conscientes e mais preocupados com o que consomem. E muitas outras atividades, nomeadamente de profissionais que poderiam deslocar-se para estas regiões, aproveitando as facilidades do trabalho à distância, atraídos por características como o clima, a envolvente, a segurança, e as rendas competitivas.

Isso consegue-se promovendo a coesão territorial, assegurando condições mínimas de acesso à educação, à saúde, aos transportes, às tecnologias digitais e a outros serviços básicos em todas as regiões. Em suma: criando meios para atrair e fixar atividades e cidadãos. Consegue-se através da aposta na ciência e na inovação, em incentivos fiscais a atividades inovadoras e à deslocalização das mesmas para fora dos grandes centros urbanos. Este é o debate que Portugal deveria estar agora a fazer.

Eurodeputada



## Opinião

### Jorge Costa Oliveira

## As listas negras de empresas chinesas nos EUA

**A**o longo dos últimos anos, em especial nos últimos meses da administração Trump, o governo dos EUA tem vindo a colocar muitas empresas chinesas em listas negras. Existe uma lista negra do Departamento do Comércio, denominada Entity List, da qual constam cerca de 60 empresas chinesas, por alegadamente terem agido contra os interesses da segurança nacional ou da política externa dos Estados Unidos. Os fundamentos específicos invocados para a inclusão nesta lista variam, sobressaindo o “risco de acesso a tecnologia americana servir para uso militar de um potencial Estado inimigo” (nos casos da SMIC, da DJI, da AGCU Scintech, da CSIMC, do Kuang-Chi Group). Mas as listas negras porventura mais relevantes são as do Departamento da Defesa (DoD) dos EUA, que inclui “empresas com ligações ao Exército Popular de Libertação” (PLA) da R. P. da China (“empresa militar comunista chinesa”) ou do que designa de “estratégia de fusão militar-civil”, segundo a qual “as metas de modernização do PLA são asseguradas através do acesso a tecnologias avançadas e conhecimentos adquiridos e desenvolvidos amiúde por empresas, universidades e programas de pesquisa da RPC que aparentam ser entidades civis” ou “obrigando empresas civis chinesas a apoiar as atividades militares e de inteligência” sendo que “tais empresas, embora permane-

çam ostensivamente privadas e civis, apoiam diretamente os aparelhos militar, de inteligência e de segurança da RPC e colaboram no seu desenvolvimento e modernização”. Pelas nossas contas existem pelo menos cinco listas negras do DoD com algumas dezenas de “empresas militares comunistas chinesas” (CCCC, CALT, CEC, CNCEC, ChemChina, CNECC, CTG, CSCEC, China Spacesat, Sinochem Group). Desde 12 de novembro de 2020, através da Ordem Executiva 13959 do presidente dos EUA, passou a ser proibido a qualquer entidade americana deter ou transacionar (salvo para desinvestir) valores mobiliários negociados publicamente ou produtos financeiros deles derivados, de empresas que o DoD tenha listado como “empresas militares comunistas chinesas”. A administração Biden manteve esta política e tudo indica que irá aumentar estas listas negras. É provável que esta postura dos EUA conduza a ainda maiores restrições na interação de empresas financeiras americanas com estas empresas chinesas.

É neste pano de fundo histórico que os EUA promovem diligências esperando que a UE e os países da UE se lhes juntem em sanções e posturas similares. Ora, sem prejuízo de algum alinhamento pontual em casos de violações flagrantes de direitos fundamentais, a UE e os seus países delinearam há muito uma estratégia muito diferente da norte-americana. A estratégia da UE passa por reforçar laços com a China – de que o Acordo Abrangente de Investimento é um bom exemplo. E, na senda do *positive engagement* de Obama, a UE deve manter uma estratégia europeia assente na interação e na interdependência económica, no multilateralismo, em fatores que promovem a paz e a estabilidade internacional num mundo assumidamente multipolar. Até porque, contrariamente ao que alguns analistas referem, esta postura da UE é partilhada pela quase totalidade dos países amigos e aliados dos EUA, como é o caso do Reino Unido, da Austrália, do Japão, da Coreia do Sul, dos países do Sudeste Asiático.

“**A UE e os seus países delinearam há muito uma estratégia diferente da norte-americana [em relação à China].**”

Consultor financeiro e business developer  
www.linkedin.com/in/jorgecostaoliveira